



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679911 - SP (2021/0218298-6)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ISABELA VELOSO MONREAL - SP279117
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WAGNER ROGERIO DE CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de WAGNER ROGÉRIO DE CAMPOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n.1520063-69.2020.8.26.0228).

O paciente foi condenado, em primeira instância, à pena de 1 ano e 2 meses de reclusão em regime semiaberto, como incurso nas sanções do art. 155, *caput*, c/c o art. 61, inciso II, *j*, todos do Código Penal. O Ministério Público apelou. O Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial para fixar a pena do paciente em 2 anos 2 meses e 7 dias de reclusão em regime inicial fechado.

Sustenta a impetrante que, na primeira fase da dosimetria, procedeu-se ao aumento da pena em metade, com base na presença de maus antecedentes, ignorando que essa circunstância foi avaliada conjuntamente com a reincidência, na segunda fase. As circunstâncias do crime não são desfavoráveis ao paciente, mas ordinárias ao delito em questão. Sendo assim, não haveria justificativa idônea que fundamentasse a aplicação da pena acima do mínimo legal. Maus antecedentes e reincidência, por serem circunstâncias da mesma natureza, não poderiam incidir na pena duas vezes, por resultar inadmissível *bis in idem*.

Subsidiariamente, "requer-se que tal aumento seja feito na Fração de 1/8, tendo em vista que no art. 59 do Código Penal há 8 circunstâncias a serem analisadas, e, se somente uma destas for analisada de forma desfavorável, qual seja, os antecedentes, a fração aplicada no presente caso não se sustenta". Na segunda fase da dosimetria, aponta que "a confissão espontânea é circunstância que denota boa personalidade do agente, razão, pela qual, deveria ser tomada como circunstância preponderante, compensando-se com a reincidência, independentemente da quantidade de condenações pretéritas do

acusado, por falta de previsão legal". Ademais, ainda na segunda fase da dosimetria, "teria sido considerada a incidência da agravante genérica da calamidade pública, mas razão não assistiria". Expõe ainda que deve ser revisto "o regime inicial imposto, tendo em vista que o paciente faz jus ao regime semiaberto" (fl. 8).

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja retificada a pena e determinado o regime semiaberto como inicial de cumprimento da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente